Economia da Educação: o Papel da Escolarização no Desenvolvimento Econômico

Economics of Education: the Role of Schooling in Economic Development

Adelcio Machado dos Santos^{1*}, Rita Marcia Twardowski¹,
Audete Alves dos Santos Caetano¹, Danielle Martins Leffer¹, Alisson André Escher¹

RESUMO

A relação educação e desenvolvimento econômico, ou seja, entre o enriquecimento das nações e seu grau escolar, entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora de seu povo. A política educacional está relacionada ao contexto e a organização política de cada sociedade, dependendo em grande parte, desse aspecto da sociedade em que ela se processa. A política educacional deve assegurar o direito à educação para todos os cidadãos, com as demais políticas sociais, assegura direitos, proporcionando condições mais igualitárias de vida e oportunidade de existência para todos. O financiamento da educação básica se refere ao uso e ao controle da aplicação dos recursos financeiros na educação escolar brasileira, abrangendo a a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O papel da educação no desenvolvimento econômico é mais que a formação de mão-de-obra profissional e técnica, é importante sua influência na inversão tecnológica, na difusão de inovações, na aptidão empresarial, nos padrões de consumo, na propensão à poupança, na adaptabilidade a mutações econômicas e na participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento.

Palavras-chave: Economia da Educação; Política Educacional; Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The relationship between education and economic development, that is, between the enrichment of nations and their educational level, between economic progress and the creative and transforming capacity of its people. Educational policy is related to the context and political organization of each society, and depends largely on this aspect of the society in which it takes place. The educational policy must ensure the right to education for all citizens, along with the other social policies, ensuring rights, providing more egalitarian living conditions and opportunities for existence for all. The financing of basic education refers to the use and control of the application of financial resources in Brazilian school education, covering early childhood education, elementary school, and high school. The role of education in economic development is more than the formation of professional and technical manpower, its influence is important in technological inversion, in the diffusion of innovations, in the entrepreneurial aptitude, in the consumption patterns, in the propensity to save, in the adaptability to economic mutations, and in the active participation of the distinct social sectors in the development tasks.

Keywords: Economics of Education; Educational Policy; Economic Development.

¹ Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

* adelciomachado@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação visa ao alcance de um conjunto de normas éticas e morais. Destarte, a grande importância dos ensinamentos de normas, éticas e morais, está no fato de que elas constituem princípios básicos da vida social, sem os quais a sociedade se autodestrói através dos tempos, podendo redundar após duas ou três gerações, na cristalização de causas inarredáveis, de patologia social, tais como violência, prevaricação, delinquência, irresponsabilidade e horrores sociais.

É indiscutível a importância da educação para o progresso de uma nação, seja ela desenvolvida ou esteja em vias de desenvolvimento (SANTOS, 2018). Economistas, sociólogos e outros intelectuais, a par de agentes políticos, com unanimidade professam tal ponto de vista, quer como utilização eficaz dos recursos humanos, quer como inversão de capital com rendimentos passíveis até de mensuração.

Todavia, malgrado a conscientização geral, estão ainda no início os estudos a respeito das funções da educação no desenvolvimento ou do papel da educação na transformação das estruturas econômicas e sociais, no estímulo ao avanço tecnológico ou na sua atuação como investimento (PADILHA, 2018).

Em epítome, urgem estudos sobre a Economia da Educação, com ênfase na política e no financiamento educacional para o desenvolvimento econômico.

ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

A educação se inscreve entre as necessidades vitais da sociedade democrática, por constituir o único meio legítimo de participação de todos em tudo.

Portanto, os problemas da Economia da Educação ou da aplicação da análise econômica para a escolarização estão ainda para ser devidamente equacionados, embora vários economistas hajam manifestado interesse pelos problemas educacionais. Apenas recentemente é que alguns autores começaram a pesquisar assuntos tais como produtividade e lucros da educação, indicadores quantitativos do desenvolvimento do capital humano e outros.

Na época atual, os economistas vêm acentuando a relação direta entre educação e desenvolvimento econômico, ou seja, entre o enriquecimento das nações e seu capital

humano, entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora de seu povo.

O interesse dos economistas pela análise da relação entre educação e desenvolvimento foi recentemente estimulado pelo estudo de alguns exemplos de rápido desenvolvimento de países pobres em recursos naturais, mas ricos em recursos humanos, isto é, com elevado nível educacional.

Segundo Pinho (1976), vários educadores brasileiros vêm, há anos, instituindo a necessidade de maior entrosamento entre a educação e a economia, pois reconhecem a importância da contribuição da ciência econômica na análise dos problemas educacionais e por terem consciência dos ligamentos existentes entre a educação e a economia, bem como da importância da valorização do homem pela educação.

Recentemente, alguns economistas começaram a se dedicar especialmente ao estudo da aplicação da análise econômica à educação para medir a importância do capital humano no desenvolvimento, os lucros da educação a curto, a médio e em longo prazo, sua produtividade, as despesas com a educação, as finanças do sistema educacional, a contabilidade da educação, entre outros.

É, principalmente, na época atual que a problemática econômica da educação polariza a atenção de grande número de economistas, tendo em vista não apenas a urgente necessidade de se medir a contribuição dos recursos humanos nas políticas de desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, a necessidade de se integrar o planejamento educacional no contexto dos planos de desenvolvimento global e harmonioso das nações.

POLÍTICA EDUCACIONAL

A política educacional é um processo que só existe quando a educação assume um modo organizado, seqüencial, ditado e definido de acordo com os interesses e as finalidades que se tem em relação aos aprendizes envolvidos no processo.

A educação, diferentemente da política educacional, pode existir livre e entre todos, com uma das maneiras que as pessoas encontraram para tornar comum o saber, externando naturalmente as suas crenças. A política educacional, por sua vez, pressupõe organização, seletividade e criteriosidade sobre o que será ou não transmitido.

Para Martins (1993), a política educacional age sobre a educação, mas não tem, como pode parecer num primeiro momento, o domínio sobre ela. Ao contrário, é a própria educação que pode atuar e interferir na política educacional.

Assim, a política educacional é um dos instrumentos para se projetar a formação dos tipos de pessoas de que uma sociedade necessita. Ao contrário da educação, que ajuda a pensar tipos de mulheres e homens, a política educacional ajuda a fazer esses tipos, definindo a forma e o conteúdo do saber que vai ser passado de pessoa a pessoa para contribuir e legitimar seu mundo, e visando, com isso, garantir a sobrevivência dos vários tipos de sociedade.

Isso quer dizer que a política educacional é carregada de intenções, e são exatamente as intenções o que há de comum em todos os tipos de política educacional. Aprendendo a ler as finalidades de uma política educacional, a pessoa se torna capaz de perceber que tipo de gente a sociedade está querendo, qual o projeto de ser humano que nela prevalece.

A política educacional não retira a força criadora da educação, apenas a canaliza para fins específicos, embora possa também fragilizar o processo pedagógico, impossibilitando uma ação criadora e reflexiva (MARTINS, 1993).

É possível que muitas políticas educacionais, na teoria, tenham como objetivo transformar, através da educação, os indivíduos e a sociedade em algo melhor. Todavia, ao se concretizarem, ao se materializarem, elas podem desencadear um processo que não é ensino, mas sim deseducação (BARBOSA; SANTOS, 2021).

A política educacional, muito mais que um rol de metas e planos setoriais, é um processo complexo que não se esgota em programas de governo, mas está presente e atua na subjetividade humana.

Ao tratar da educação, que deve ser transmitida de geração a geração, a política educacional está interferindo no corpo de regras sociais constituintes da moralidade de um grupo, podendo incluir ou excluir valores, e acaba delimitando, assim, o próprio processo de formação subjetiva do ser humano, que envolve os sentimentos e as disposições emocionais que vão regular a sua conduta.

Apesar de não estar em todos os lugares onde está a educação, a política educacional também não está apenas no sistema escolar padronizado, pois ultrapassam os seus limites.

A política educacional se vincula à burocracia do sistema de ensino quando está voltada para a expansão escolar, pois geralmente a opinião que prevalece em políticas tecnocráticas de ensino público é que mais espaço, mais alunos e mais professores exigem mais organização burocrática e mais pessoal de apoio técnico e administrativo.

De acordo, com Martins (1993), a política que consegue manter um sistema educacional fundamentado na lei consegue muitas vezes, na realidade, manter um sistema burocratizado, no qual se crê ser preciso controlar aqueles que controlam.

Daí porque com esse tipo de política educacional a hierarquia do sistema escolar está sendo sempre ampliada e acaba geralmente se transformando em um fim em si mesma, mantendo um conservadorismo burocrático, no qual toda crítica é considerada sinal de oposição, ofensa pessoal à autoridade imediata.

Desse modo, a política educacional tecnocrática estimula, de certa forma, a existência dessa repressão à crítica e à ação criativa no sistema escolar. Em contrapartida, isso pode provocar uma crescente indiferença das bases da educação e gerar um número cada vez maior de professores estimulados a buscar títulos e cargos a qualquer preço.

Tem-se assim uma política educacional que induz os profissionais da educação à submissão política e incentiva o surgimento de professores ignorantes das finalidades da educação e de seu poder político e transformador.

Vale lembrar que não é incomum uma política educacional acabar atuando às avessas, estimulando os professores a ficarem muito mais preocupados com suas carreiras do que propriamente com as aulas que dão ou o aproveitamento e a formação de seus alunos.

Pode-se afirmar que a política de municipalização da educação se coloca como uma alternativa às características estruturais que sustentam a política educacional e permite, ao menos no nível educacional, a devolução às bases daquilo que lhes pertence numa verdadeira democracia. Ela implica um poder maior em favor dos locais onde se estabelece a autonomia do complexo escolar, o que comumente é compreendido como municipalização do ensino.

Essa política não se esgota no âmbito administrativo ou pedagógico, mas pressupõe uma reorientação do exercício do poder: o reconhecimento da maioria das comunidades municipais é muito mais que descentralização administrativa.

Ademais disso, uma verdadeira política educacional municipalizante não pode permitir que o repasse de recursos financeiros ao município seja utilizado como instrumento de coerção ideológica pelo Estado, porquanto isso desestimularia a interação entre os diversos parceiros que compõem a comunidade escolar, impediria a existência de uma gestão democrática da escola e contribuiria para que a municipalização significasse apenas mandonismo local em sintonia com o poder central.

Com isto, a política educacional municipalizante assegura recursos públicos desvinculados de posições político-partidárias e pressupõe participação, controle e comprometimento por parte da comunidade com a coisa educacional.

Essa política é democrática, porque prevê uma organização da escola que permite aos envolvidos no processo pedagógico ocupar cargos executivos ou participar de órgãos colegiados com mandatos curtos.

Uma política educacional voltada para a gestão democrática nas escolas acaba não sendo definida por um único agente, do governo ou do Estado, embora ela seja também uma política educacional ampla, porque comporta diretrizes gerais.

O positivo nessa política é a abrangência com a qual ela pode operar paralelamente ao espaço, e a flexibilidade, que permite que as localidades operem com suas especificidades. É uma política educacional de âmbito geral, mas que também é traçada em cada município, via elaboração de um plano com a participação da população e dos educadores fixando diretrizes, prioridades e responsabilidades específicas de cada escola.

Todavia, não é decisivo para uma política educacional democratizante o fato de a responsabilidade nominal pela escolaridade obrigatória ser do município, do governo estadual ou do governo federal (MARTINS, 1993).

A política educacional está diretamente ligada ao contexto e à organização política de cada sociedade, e o seu perfil depende em grande parte desse aspecto da sociedade em que ela existe.

ECONOMIA E POLÍTICA EDUCACIONAL

A política educacional ajuda a formar tipos de seres humanos, visa assegurar a sobrevivência dos tipos de sociedade. É justamente nesse momento que a política educacional revela sua dupla face: política e econômica.

Há uma interdependência entre ambas as vertentes da política educacional. Nessa interdependência, o teor econômico pesa mais que o político.

De acordo com Martins (1993), o significado econômico da política educacional é bem mais recente que seu teor político, que só nasceu a partir da questão da igualdade social.

A política educacional é responsável por assegurar o direito à educação para todos os cidadãos. Junto a outras políticas sociais asseguradoras de seus respectivos direitos, ela tem por fim proporcionar condições mais igualitárias de vida, dando assim, ao menos em teoria, oportunidades iguais de existência para todos.

Assim, a política educacional, que teoricamente é a responsável pela universalização do ensino, concretamente, não consegue assegurar sequer oportunidades iguais de escolarização a todos os cidadãos, quanto mais igualdade social (SILVA; SILVA, 2022).

Na combinação cidadania, trabalho e educação, a extensão da educação a todos se vinculou mais às necessidades econômicas e exigências do processo produtivo do que ao processo de correção das desigualdades sociais. A significação econômica da política educacional passou a prevalecer sobre seu teor político.

À medida que os países se industrializaram e suas economias passaram a ser mais complexas, novas exigências se fizeram para a instrução pública, forçando os sistemas educacionais a atender reivindicações específicas da divisão de trabalho requerido pela economia. Assim, a organização de trabalho em qualquer sociedade influi nos objetivos das políticas educacionais e, conseqüentemente, na determinação das funções de cada nível do sistema de ensino.

Há, de fato, uma grande distância entre educação e trabalho, se for pensar que a profissionalização na escola é precária, já que não consegue acompanhar a crescente automação dos processos produtivos. A essa distância soma-se o fato de nenhuma política educacional ser o caminho para a aceleração ou o aquecimento da economia nem para o aumento das possibilidades de emprego (MARTINS, 1993).

Por fim, na relação entre política educacional e estrutura econômica há uma eterna tensão entre duas dinâmicas: os imperativos da economia e os da democracia em todas as suas formas. E a política educacional está envolvida nos grandes conflitos inerentes, tanto à dinâmica econômica quanto à dinâmica democrática.

Curiosamente, a pesquisa educacional revela robustez em várias disciplinas, contudo manteve inércia em se tratando da Economia da Educação, verificando-se, embora, grande preocupação popular com seu papel no desenvolvimento econômico (SILVA; SILVA, 2019).

FINANCIAMENTO EDUCACIONAL

É evidente que a educação é amplamente financiada pelo setor público. Além disso, o financiamento público da educação está aumentando de importância na maioria dos países.

O primeiro ponto importante que se deve notar é que o financiamento estatal deve ser diferenciado do controle ou da propriedade estatal.

As questões referentes ao financiamento da educação, independentemente da propriedade ou o controle das instituições educacionais, prestam-se à análise econômica, enquanto, por outro lado, as questões que dizem respeito à propriedade ou ao controle são em grande parte uma questão de valores políticos, sociais e religiosos.

O segundo ponto importante é que um dado compromisso financeiro por parte do Estado poderá ser cumprido de várias maneiras e, por conseguinte, terá vários efeitos.

A vinculação constitucional de impostos é provavelmente o aspecto mais importante da discussão sobre o financiamento da educação estatal (DAVIES, 2004).

Por isso, pode-se argumentar que o financiamento da educação estatal numa perspectiva democrática não deveria depender da riqueza da região, estado ou município onde o indivíduo reside, mas sim dos recursos totais do país.

O equacionamento do financiamento da educação estatal no Brasil requer o enfrentamento das desigualdades tributárias não só entre os diferentes níveis de governo e as diferentes regiões, como também entre municípios de um mesmo estado.

O financiamento da educação básica refere-se aos usos e controle da aplicação dos recursos financeiros no grau da educação escolar brasileira que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O financiamento da educação básica pública no Brasil se dá com base em recursos procedentes das três esferas de governo. Na educação infantil, tanto o financiamento quanto a oferta são responsabilidades dos municípios.

Já a oferta e o financiamento do ensino médio competem aos estados e ao Distrito Federal. No ensino fundamental, financiamento e oferta são responsabilidades das duas esferas: a estadual e a municipal, incluindo o Distrito Federal. À União compete somente no que se refere ao financiamento, com papel supletivo e redistributivo.

Existe uma violenta vinculação entre o financiamento público da educação e a situação socioeconômica do país, ao passo que as principais fontes de recursos para a educação pública procedem da arrecadação de impostos, que é dissimulada pelo desempenho da economia.

Atualmente, o financiamento da educação pública no Brasil é realizado por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (PINTO, 2018).

As ações de apoio ao ensino médio fazem parte de uma mudança na maneira de financiamento da educação brasileira: a substituição do Fundef, que financia o ensino fundamental, pelo FUNDEF. O novo fundo tem mais recursos e atende a todos os níveis da Educação Básica (PINTO, 2018).

Entre os programas mais importantes enfatiza-se a lei de criação do Fundo da Educação Básica que tramita no Congresso Nacional. O FUNDEF amplia os recursos para o financiamento da educação e compreende os ensinos infantil, fundamental, médio, especial e a educação de jovens e adultos (SOUZA, 2021).

A educação está intensamente ligada ao Estado e ao Poder. O diagnóstico parte do conhecimento do local, como espaço globalizador da sociedade. O poder local e a educação básica têm uma afinidade dialética que pode ser percebida por meio do financiamento da educação municipal, política pública descentralizadora do governo central e ferramenta concentradora destas relações.

O poder local não se sintetiza no exercício dos poderes políticos e econômicos que se inter-relacionam, dividindo o governo municipal e o significado de políticas públicas.

A educação é um serviço que reflete as estruturas econômicas, sociais e políticas, considerando a ideologia do estado, com claras funções de controle e exclusão social, oferecendo serviços diferentes a partir do próprio ingresso ao sistema (LAGOA, 2019).

O financiamento da educação básica, com recursos da Quota-Federal, Salário-Educação, repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos estados e municípios, admitiu delimitar o relacionamento entre o Poder e Educação, Estado e Sociedade, e as dimensões entre privado e público, local e central. (OLIVEIRA; SOUSA, 2019).

Assim, as ações do financiamento são basicamente políticas, apontando atender a interesses privativos que permeiam a educação municipal, por sua vez, ligada ao poder social e econômico e centrado nas elites locais.

Esse assunto traduz a falta de prioridade que a educação municipal representa para o governo local, se cogita nas deficiências e qualidade do ensino público obtido, no desperdício do dinheiro público e na ausência de compromisso dos gestores públicos e da burocracia submergida, reforçando, portanto, os problemas estruturais da educação pública do país (AGUIAR, 2018).

Pode-se dizer que o financiamento da educação de crianças e adolescentes tem de ser considerado prioridade absoluta, com destinação privilegiada de recursos. Não se estabelece uma grande nação economizando recursos na educação.

A pesquisa acerca da política de financiamento educacional tem como essência a compreensão de que é fundamental a avaliação da política pública implementada pelos diversos níveis da administração do Estado, visto que o controle e o acompanhamento da ação do Estado é parte do processo de democratização deste.

No caso do financiamento educacional, tanto a implantação do Fundo de Financiamento da Educação Básica (FUNDEF), quanto a determinação dominada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de integração das creches no sistema de ensino, são medidas determinadas em âmbito nacional que interferem de modo central na política municipal de educação (PINTO, 2018).

Assim sendo, a análise da direção do gasto público em educação tomou de maneira substantiva a relação entre política regional, local e nacional.

O problema do financiamento de instituições superiores e médias de ensino estabelece um dos maiores problemas que obstaculiza o desenvolvimento de iniciativas novas na material (BIELSCHOWSKY, 2018). A grande parte dos doadores que apóiam na esfera de educação, fazem comumente questão para que os custos de funcionamentos sejam cobertos pelos países beneficiários por meio de dotações orçamentais.

Infelizmente, as dificuldades orçamentais congregadas a uma fraca priorização e programação no processo de alocação de recursos inviabilizam o funcionamento das instituições de ensino de tipo superior e médio (SOUSA, 2021).

Partindo-se da premissa de que o financiamento educacional pelo poder público constitui-se numa consolidação de direito concedido à população, o ponto de vista a ser dado na projeção de financiamento deste Plano, vislumbra a questão da cidadania traduzida por meio da garantia da aplicação de recursos constitucionalmente eleitos, o aumento das fontes de financiamento por meio do aporte de recursos mediante celebração de parcerias e convênios e a apropriação democrática e cidadã da questão dos recursos públicos educacional pelos seus atores.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A educação para o desenvolvimento constitui uma estratégia, pois ela deve visar à formação de recursos humanos aptos a participar da dinâmica do processo econômico.

À medida que um país se desenvolve, ele passa a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da tecnologia e do trabalho qualificado. Formação profissional, tecnologia e desenvolvimento econômico-social são situações e atitudes que se integram ou ainda termos de uma equação. A educação oferece ao educando algumas opções, sejam elas em função do grau do ensino, sejam em função da escolha da especialização (BAPTISTA FILHO, 1975).

O desenvolvimento econômico global tem sido analisado sobejamente e o seu relacionamento com a formação e utilização de recursos humanos de alto nível constitui atualmente uma das grandes preocupações dos administradores e economistas.

O papel que a educação pode desempenhar no desenvolvimento econômico é mais evidente em relação à formação de mão-de-obra profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento (SANTOS; SILVA, 2020).

A ideia de que a educação tem um alto valor econômico não é nova, porém só recentemente estão sendo intensificados os estudos para determinar qual deverá ser a

alocação ótima de recursos à educação, a fim de incluí-la nos planos integrais de desenvolvimento (BRUNO, 2011).

O desenvolvimento econômico pode correr grave risco tanto se não se cumprem os fins individuais e sociais do sistema educativo como se deixam de realizar os de ordem estritamente econômica.

Por sua tendência conservadora e sua estreita vinculação com a estrutura social existente, os sistemas educativos podem favorecer a perpetuação de atitudes pouco propícias ao desenvolvimento econômico (ECHEVARRÍA *et al.*, 1967).

Destarte, é evidente o alto valor econômico de escolarização eficaz para todas as crianças. Tal educação proporciona ao indivíduo as condições mínimas para participar na economia moderna como produtor e consumidor e para receber formação profissional, na escola ou no trabalho mesmo. (NASCIMENTO; SILVA, 2022).

Os benefícios econômicos que se obtêm da educação primária universal eficaz são praticamente incalculáveis. Como constituem um melhoramento para toda a população, não podem ser avaliados tão somente pelas diferenças nos níveis de renda ou pela necessidade de contar com aptidões determinadas.

Do ponto de vista econômico, um país que inicia seus esforços de desenvolvimento com um sistema escolar rudimentar poderia conceder uma prioridade demasiado alta à expansão da educação primária em relação a outros níveis de educação (SILVA, 2019).

O desenvolvimento econômico e o educacional devem ser coerentes (OLIVEIRA, 2021). O serviço educativo deve prover o país de conhecimentos técnicos e de um grau de evolução cultural que favoreça o crescimento da população e o melhoramento do nível de vida de seus habitantes.

Assim, o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a obtenção de rendas individuais mais altas, constituem o único recurso viável para incrementar a escolaridade, porque o trabalho do menor representa um obstáculo à sua permanência na escola, ou, pelo menos, na sua maior dedicação às atividades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prioridade da educação, não só para o desenvolvimento econômico das nações, mas, sobretudo, para a escalada social do homem é, contemporaneamente, preocupação de muitos governantes.

Assim, se a cultura de um povo é democrática e ele atua nas decisões políticas, é provável que sua política educacional acate as sugestões e os anseios da população, mas em contextos autoritários, nos quais o povo é subjugado por uma cultura extremamente dominadora, é comum predominar uma política educacional de evidência platônica.

Nenhuma política educacional, tecnicamente determinada pelo desenvolvimento econômico, contribui necessariamente para a construção de uma sociedade democrática, com mais igualdade entre os homens e as mulheres, embora possa contribuir para a dinamização da economia.

A política educacional procura manter a escola como lugar de aprendizagem e situá-la entre o tipo de estrutura de relações sociais da qual os alunos procedem e o tipo de estrutura de relações sociais a que se supõe que estejam destinados enquanto indivíduos produtivos.

Todavia, o financiamento da educação pública é instrumento fundamental para a redução das disparidades sociais no Brasil.

De tal modo, o desenvolvimento econômico implica mudanças de tipo social, de hábitos da população e de atitudes face aos problemas econômicos. Em alguns países, essas mudanças devem ser profundas para que o desenvolvimento se veja frenado na medida em que não se acelere o processo de mutação social.

Finalmente, urge o *status* acadêmico para a disciplina Economia da Educação, para que os estudos da matéria avancem.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, T. A. A educação é movimento. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 7, p. 23-34, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/772>. Acesso em 28 fev. 2022.

BAPTISTA FILHO, O. **Economia da educação, planejamento e explosão demográfica**. São Paulo: Pioneira, 1975.

BARBOSA, R. L.; SANTOS, P. C. A. M. Fontes legais e normativas as políticas socioeducativas no Brasil. **Conjecturas**, v. 21, n. 6, p 529-546, 2021. Disponível em: <http://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/377/295>. Acesso em: 25 maio 2022.

BIELSCHOWSKY, C. E. Qualidade na educação superior a distância no Brasil: onde estamos, para onde vamos? **EaD em Foco**, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/709/284>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial a União**, seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Rev. Bras. Edu.**, v. 16, n. 48, p. 545-806, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BbvHJPJGSYw9TCWrYS7mfmb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DAVIES, N. **Financiamento da educação**: novos ou velhos desafios? São Paulo: Xamã, 2004.

ECHVARRÍA, J. M.; VERA, O.; BARAN, P. A.; SCHULTZ, T. W.; CIBOTTI, R.; LEWIS, W. A.; MYINT, H. A.; HARBISON, F. H.; OIT, I. B. C. **Desenvolvimento, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LAGOA, M. I. A ofensiva neoliberal e o pensamento reacionário-conservador na política educacional brasileira. **Rev. HISTEDBR On-line**, v. 19, p. e019006-e019006, 2019.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653195/19237>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MARTINS, C. **O que é política educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

NASCIMENTO, M. G.; SILVA, H. M. G. Revisão de literatura: gestão escolar democrática para a educação brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 24 a 26 out. 2019, Fortaleza, Ceará. **Anais [...]** Campina Grande: Editora Realize, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA121_ID9166_29102021154239.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

OLIVEIRA, R. F.; SOUSA, B. J. R. O salário-educação em três dimensões: distribuição, planejamento e gasto. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 9, n. 2, p. 692-712, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/30838/20673>. Acesso em: 17 fev. 2022.

PADILHA, A. M. L. Alunos com deficiência intelectual: reflexões sobre o conceito de desenvolvimento das funções psíquicas superiores e o papel da educação escolar na perspectiva histórico-cultural da escola de Lev Vigotski. **Horizontes**, v. 36, n. 3, p. 62-73, 2018.

PINTO, J. M. R. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educ. Soc.**, v. 39, n. 145, p. 846-869, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/rk4wKJgNYZsdt5QdgSgkDwG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 28 fev. 2022.

SANTOS, A. M. **Economia da educação**: o papel da escolarização no desenvolvimento econômico e no trabalho desenvolvido pela escola de saúde pública de Santa Catarina. 2018. Monografia (Especialista em Ciências Econômicas) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2018.

SANTOS, A. M.; SILVA, A. Escola de saúde pública de Santa Catarina – Análise do trabalho desenvolvido à luz da economia da educação. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p.

47298-47313, 2020. Disponível em:
<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/13270>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, J. A. S.; SILVA, O. R. Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de Cachoeira (BA) após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Redes**, v. 24, n. 2, p. 209-232, 2019. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/5520/552064521011/552064521011.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVA, M. B. A contrarreforma do ensino médio – Lei 13. 415/2017: educação de resultados? **Quaestio**, v. 21, n. 2, p. 379-396, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3257/3279>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVA, S. M. M.; SILVA, A. R. X. mapeamento das matrículas na educação infantil de Rio Branco/AC a partir da vigência do FUNDEB. **Communitas**, v. 6, n. 13, p. 263-272, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/5957/3726>. Acesso em: 13 maio 2022.

SOUSA, H. E. **Desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro**: tendências e persistências no contexto da expansão escolar. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Planejamento e Território) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT), Universidade Federal de São João Del Rei, João Del Rei, 2021. Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pgdplat/Versao%20final%20da%20dissertacao\(3\).pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pgdplat/Versao%20final%20da%20dissertacao(3).pdf). Acesso em: 18 fev. 2022.

SOUZA, M. B. **Políticas de financiamento da escola de tempo integral em Caicó/RN**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

Recebido em: 20/07/2022

Aprovado em: 01/09/2022

Publicado em: 17/09/2022